

70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Em todo o mundo, esse dia é marcado pelo aniversário dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 10 de dezembro de 1948. Nos anos 70, o meu querido e saudoso predecessor Dom Helder Câmara (Patrono dos Direitos Humanos) afirmava que todo mundo está a favor de direitos humanos, mas, apesar disso, cada vez mais, os direitos humanos continuam desrespeitados. Em seu tempo, ele nem imaginava que nos dias de hoje, em pleno século XXI, ainda há pessoas que defendam direitos humanos somente para aqueles que eles consideram pessoas corretas. Subordinam os direitos a quem cumpre corretamente seus deveres e em consequência têm direito a ter direitos.

De fato, nesse aniversário dos 70 anos da Declaração da ONU, é duro constatar que, atualmente, o que está em jogo não é apenas esse ou aquele direito reconhecido em 1948 e depois ignorado ou desrespeitado pela maioria dos governos. Quase nenhum país rico reconhece o direito dos migrantes e refugiados. Uma sociedade que visa apenas o lucro ignora o direito do trabalho. Atualmente, além de ignorar todos os direitos básicos das pessoas pobres e carentes, a sociedade dominante simplesmente nega os direitos básicos, necessários à sobrevivência de grande parte da humanidade. Ainda ontem o Jornal do Comércio, no caderno de ECONOMIA apresentava matéria com o título: UMA CASA NADA ENGRAÇADA. Ilustrada com fotos de miseráveis palafitas, situadas no Pina. E afirmava: Moradias precárias são a face mais degradante do déficit habitacional que atinge principalmente quem está na base da pirâmide. Outra situação preocupante e que urge uma tomada de posição do governo é o caso de SUAPE onde acontecem violações dos direitos de pessoas pobres que vivem na região.

O quadro internacional é inacreditável. A cada dia, no mundo, há mais de 4.000 crianças que morrem por doenças devido à falta de acesso à água potável e aos serviços higiênicos. Trata-se de um crime coletivo. Um bilhão e 300 milhões de pessoas em idade ativa não têm trabalho e vivem na insegurança para sobreviver e alimentar suas famílias. Não porque não haja trabalho, mas porque as empresas enxugam quadros e demitem operários para lucrar mais. Ao mesmo tempo, 60 milhões de refugiados atravessam os oceanos ou percorrem territórios inóspitos à procura de um lugar onde habitar. E são considerados "ilegais e clandestinos".

Enquanto isso, as grandes potências gastam a cada ano milhões de dólares em armamento e em produção de guerras e forçam quase todos os países a segui-los. Por causa da sua crescente tecnologia, a produção de armas e guerras se tornou um dos setores econômicos mais lucrativos do mundo, depois da indústria farmacêutica, de informática e de petróleo (sem falar nas drogas e no mercado pornográfico). Nos últimos 30 anos, as nossas sociedades delegaram muito poder e deram todo prestígio aos senhores das armas, da inteligência artificial e sobretudo aos senhores do dinheiro que influenciam nos governos e ditam o futuro da humanidade.

Nesse tipo de organização do mundo, não há lugar para direitos humanos, nem para direitos da natureza e da Terra. Tudo, os seres vivos, as pessoas e a própria vida se tornam simples mercadoria. Na natureza, ao redor de 15 mil espécies vivas desaparecem a cada ano por causa de nossos modos de produção e de consumo predadores.

Sei que estou repetindo dados da realidade a que todos os senhores e senhoras têm acesso. Certamente o que me compete afirmar aqui, na condição de pastor, é que o respeito e o apreço aos Direitos Humanos são revelados na Bíblia como exigência de Deus para quem quer segui-lo e cumprir sua vontade. Antes da Bíblia e da tradição judaica e cristã, já as antigas tradições orientais, como o Budismo e o Taoísmo, afirmavam a necessidade da Justiça e da Compaixão como caminhos de espiritualidade, isso é, de desenvolvimento do divino em nós. Entre nós brasileiros, as tradições espirituais indígenas e afrodescendentes têm raízes em milhares de anos. Há indícios de comunidades indígenas em nosso país há 20 mil ou mesmo 30 mil anos. E todas essas tradições são comunitárias e mantêm uma ética de convivência humana baseada na justiça e nos direitos. No entanto, na Bíblia, o Deus que se revelou a Moisés na sarça ardente (Ex 3) e que falou pelos profetas afirmou claramente que quem quisesse encontrá-lo teria de antes de tudo garantir o direito dos estrangeiros, dos migrantes, dos pobres, das viúvas e dos órfãos (Isaías 1, Is 58, Jr 7; Am 5, 12 – 20; Mq 6, 8, etc).

Toda a Bíblia respira essa convicção: para se encontrar a Deus é preciso antes de tudo praticar a justiça e o direito. Jesus, nosso Senhor e mestre, se colocou na continuidade dessa tradição profética. E afirmou que os bem-aventurados de Deus são não apenas as pessoas que têm fé, que frequentam igrejas ou fazem sacrifícios, mas sim, que sejam pobres de coração, trabalhem pela paz, sejam misericordiosos/as e tenham fome e sede de justiça (Mt 5, 1 – 12 e Lc 6, 20 ss). Jesus insistiu: Procurai o reino de Deus e sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo” (Mt 6, 33).

Na história da humanidade podemos afirmar que o evangelho foi precursor da Declaração dos direitos humanos. No entanto, sabemos que na História, muitas vezes, a Igreja nem sempre soube manter a fidelidade a essa exigência divina. Aqui na América Latina, em 1992, o papa João Paulo II pediu perdão às populações indígenas e aos grupos afrodescendentes pela convivência de muitos pastores e ministros da Igreja com a escravidão e o colonialismo. Infelizmente até hoje, tanto em minha Igreja (Católica), como em outras Igrejas e denominações há pessoas que parecem desligar a fé dessa preocupação com os Direitos Humanos e a Justiça. É triste ver que no Congresso Nacional, deputados que formam a chamada “Bancada da Bíblia”, são ao mesmo tempo membros e defensores da chamada “bancada do boi” que defende o latifúndio e ignora os direitos dos lavradores e, pior ainda, da tal “bancada da bala” que ainda afirma que “bandido bom é bandido morto”.

Irmãos e irmãs, quando a ONU proclamou os direitos básicos de todos os seres humanos, pensou apenas em direitos individuais. Depois, no decorrer desses 70 anos, os povos lutaram e conquistaram o reconhecimento de direitos coletivos. Sabemos que, muitas vezes, o pretexto de defender direitos humanos têm sido usados contra os pobres e contra os direitos básicos de quem não têm reconhecidos os seus direitos. Sabemos que os direitos sociais estão intimamente ligados aos direitos econômicos. Como garantir direitos humanos para todos em um país como o Brasil que está entre os cinco países mais desiguais do planeta? Em um país no qual seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade mais pobre, como garantir direitos iguais para todos? O que significa o direito dos pobres se os bancos privados chegam a obter, aproximadamente, 40% de lucro ao ano?

Queridos amigos e amigas, muito obrigado pelo fato do Tribunal de Justiça de Pernambuco valorizar os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos e me convidar para dar esse testemunho. Quero concluir assumindo o compromisso de empenhar todas as minhas forças

para inserir, cada vez mais, toda a nossa arquidiocese de Olinda e Recife nesse caminho da defesa dos direitos humanos, especialmente, do direito dos pobres e dos injustiçados. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco pode sempre contar com a nossa colaboração e da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz.

O meu querido predecessor Dom Helder Câmara afirmava que só deveria receber o corpo de Jesus na Igreja quem, antes de tudo, reconhecesse o corpo social de Jesus, ou seja, a presença de Jesus nos pequenos e injustiçados desse mundo. Como o próprio Jesus deixou claro: O que fizestes a um desses pequeninos foi a mim que fizestes” (Mt 25, 30 ss).

Muito obrigado!

Dom Antônio Fernando Saburido, OSB

Arcebispo de Olinda e Recife